DISCURSO DOS CORPOS TRANSEXUAIS FEMININOS: A SOCIABILIDADE DA VERDADE EM BUSCA DE JUSTIÇA SOCIAL

THE DISCOURSE OF FEMININE TRANSEXUAL BODIES: THE SOCIABILITY OF TRUTH IN SEARCH OF SOCIAL JUSTICE

Claudio Noel de Toni Junior [1]

Resumo: a felicidade humana para pessoas transgêneras femininas não depende da autorregulação de seus corpos, visto que as pessoas são singulares. Em um ramo que desperta atenção, que se denomina sexo, gênero, a curiosidade toma a forma do discurso, impondo barreiras e concepções ao outro. O corpus do trabalho é a análise de transexuais femininas que buscam cirurgias de transgenitalização como forma de alcançar felicidade, satisfação e bem-estar consigo mesmas. Para isto, utiliza-se dos cursos médico, jurídico e midiático para compreender as relações que permeiam o gênero transexual feminino delineado. No campo jurídico se analisa a Ação Direta de Omissão (ADO26) do Supremo Tribunal Federal, que equipara, por meio de julgado da suprema corte, a transfobia ao racismo, devido à inércia de inexistência de leis até o momento. No discurso médico, discorre-se que nos dias atuais há a busca de maior diálogo entre as áreas médicas e sociais, por obra de cirurgiões que buscam trazer acolhimento e recomendações para que a pessoa trans feminina possa realizar ou não sua readequação corporal sabendo das consequências, e por meio do diálogo humanista, algo que vemos nascer sob a forma de uma mudança no tema para a aceitação, conhecer riscos e efeitos, antes, durante e depois da cirurgia. Percebe-se a comunicabilidade das ciências, a qual o estudo mostra que nos anos atuais, acontece e é positiva para as pessoas transgêneras, além de falas de pessoas trans, seus discursos, seus medos, anseios e ideologias por meio da análise do discurso e da busca da verdade.
Palavras-chave: Discursos de Gênero Trans; Diálogo entre as Ciências; Transexualidade e felicidade.

Abstract: human happiness for female transgender people does not depend on the self-regulation of their bodies, since people are unique. The corpus of the work is the analysis of female transsexuals who seek reassignment surgeries as a way to achieve happiness and their satisfaction and well-being with themselves. For this, medical, legal and media courses are used to understand the relationships that permeate the female transsexual gender outlined. In the legal field, the Direct Action of Omission (ADO26) of the Federal Supreme Court is analyzed, which equates, through a supreme court judgment, transphobia to racism due to the inertia of the lack of laws so far. In the medical discourse, it is said that nowadays there is a search for greater dialogue between the medical and social areas through the works of surgeons who seek to bring reception and recommendations so that the trans female person can perform or not their body readjustment knowing the consequences. and through humanist dialogue, something we see being born in the form of changing the theme to acceptance, knowing its risks and effects, before, during and after the surgical procedures. The communicability of the sciences is perceived, which the study shows that in the current years this is happening being positive for transgender people, in addition to the speeches of trans people, their speeches, their fears, anxieties, their ideologies through the analysis of the discourse and the search for the truth.
Keywords: Transgender Discourses; Dialogue between the Sciences; Transexuality and happiness.

[1] Possui Doutorado e Pós Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2013), na área da Economia do Bem Estar e da Geografia da Felicidade, graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006), graduação em Sociologia pelo Centro Universitário "Dr. Edmundo Ulson" (2013), graduação em Relações Internacionais pelo Grupo Educacional Uninter, graduado por meio de Segunda Graduação em Administração pelo Centro Universitário Cidade Verde de Maringá e em Ciências Contábeis pela Universidade de Franca. Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (2009), Mestrado em Educação Escolar pela Universidade de León (Espanha 2012) Especialização em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (2008), Tem experiência na área de Geografia, Economia,Sociologia e Geotecnologias com ênfase em Economia, atuando principalmente nos seguintes temas: Desenvolvimento Sustentável e Bem-estar social, Geografia da Felicidade e igualdade de Gênero.

1 INTRODUÇÃO

Falar sobre a vontade da verdade na Análise do Discurso revelou-se, no transcorrer dos tempos, por meio da análise histórica, uma perspectiva atual e performática para um futuro ainda sob perspectiva; a inquietante busca pela verdade nas Instituições públicas e privadas.

Sociedades desde a Antiguidade buscam ou ao menos tentam buscar a verdade por meio de discursos contra ou a favor do Estado e de suas instituições, como o Judiciário. Isto posto, podemos dizer que o julgamento de uma contenda reproduz a verdade ou é um mero jogo de lutas de poderes díspares, onde vence quem se sobressai naquele círculo, naquele espaço e no tempo, e que em muitas circunstâncias, seu veredicto está pronto e acabado, porém muito distante da verdade. Mas o que seria esta verdade em sentido estrito? Ora, a verdade nada mais é que o que de fato aconteceu na contenda, e que a parte que foi vencida no poder Judiciário estatal não conseguiu, por meio do "jogo jurídico", provar como a verdade dos fatos. Neste caso em tela, a verdade dos fatos foi transformada em discurso misógino de verdade jurídica a favor de uma parte, todavia, muitas vezes a verdade em si, a pura verdade, nem sempre é conseguida em julgamentos.

Logo, a verdade buscada, que seria a verdade imparcial e objetiva, é transfigurada pelos jogos de poderes institucionais do aparato jurídico estatal como a verdade do sistema, mas em muitas das vezes, não representa a verdade do que foi o fato, o acontecimento. As pessoas, um grupo social, em especial pessoas que não possuem condições financeiras de contratar um bom defensor, veem a luta pela verdade ser degolada pela norma jurídica do jogo estatal dos mais fortes; a verdade é camuflada, distorcida e se torna uma mentira para o aparato estatal julgador.

A verdade não pode estar correlacionada ao aparato judicial, não porque a Instituição em si é uma mentira em seu todo, mas porque naquele acontecimento não foi possível aludir à verdade dos fatos, por meio do conjunto probatório da luta do poder hegemônico do Estado julgador frente a uma determinada minoria, não em quantidade, mas em situação precária de renda. Sua imagem, sua condição social frente à outra parte acusatória, tem um *status quo* que por si só demonstra, por seu *habitus,* o que a parte menos privilegiada pretende alegar, ou seja, o pré-conceito já se instaura logo de início. Tendo isto posto, pode-se dizer que logo de início o jogo da verdade, do poder em si, está decidido pelas forças de poderes institucionais, em voga há séculos, e não por uma busca criteriosa da verdade imparcial, pela sua subjetividade misógina do preconceito e de sempre acreditar que o poder das maiorias é inabalável (Foucault, 2011).

2 DISCUSSÃO

2.1 A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO TRANSEXUAL

A análise discursiva para entender que as estruturas de poder possuem uma História, que em muitos casos precede a Antiguidade clássica, é um fato mostrado por autores como Michel Foucault em "A Ordem do Discurso", de 1996, sobre os mais variados temas que norteiam a sociedade, como o sexo em seus quatro volumes da "História da sexualidade", sempre o último póstumo. Isto porque as questões de gênero motivaram a discursividade do ódio, da repressão, da prisão, do confinamento, da perturbação, da tendência à medicalização para os não falocêntricos "normais". Porque sempre houve a curiosidade, desde o hermafroditismo de Herculine Barbin, do outro que quer saber, dominar e impor sua eugenia a qualquer custo, e apenas quem não se curva ao poder, como o autor citado, tem a moral ética de criticar os atos abjetos contra as minorias. Na sua época citam-se os homossexuais, bissexuais, crossdressers etc., porém, não se viam denominações transgêneros, pois o autor faleceu em 1984. Já eram movimentos existentes, porém sem visibilidade midiática, inclusive para entenderem a si mesmos. Poderíamos dizer que Foucault, por se interessar em estudar e entender o saber e a verdade em uma estrutura dialógica da *Arquegenealogia do Poder*, seria uma pessoa da classe das minorias, por não ser heterossexual? (Foucault, 2003).

Apenas uma vez, quando perguntado sobre sua sexualidade em uma entrevista, a resposta foi a mesma que aquela que Herculine Barbin proferiu quando perguntada sobre sua sexualidade por um médico, questionando-a, interrogando-a, buscando a verdade sobre seus corpos, suas identidades e seus gêneros; as respostas foram idênticas: duas gargalhadas para seus interlocutores, cada uma dentro de um contexto no tempo e no espaço, cada uma dentro da sua razão e emoção, mas de forma única, envolvidas e transformadas em um mesmo discurso (Leite Junior, 2008).

A curiosidade do outro que quer especular, reduzir o outro, tentar adoecê-lo, faz o jogo da censura; a resposta igual foi a gargalhada do saber e da resistência de quem manda em seus corpos; são os próprios sujeitos que possuem suas particularidades, e no caso de Michel Foucault, que era o que hoje é denominado de intersexo, e na classificação anterior de hermafrodita, exerceu sua liberdade de ser um escritor, ciente de que o que os outros pensam faz parte do jogo de poder dos outros e não de si mesmo. Logo, concluo que para escrever sobre a sexualidade de forma científica, o autor não é obrigado a se autodeclarar em seu falocentrismo, sua homossexualidade, se não o quiser; não é necessário para a Academia, mas por quê é tão necessário fazer perguntas desta natureza para quem pergunta? (Foucault, 2008).

Porque desde a Antiguidade, saber o que o outro tem embaixo de suas roupas, nos membros inferiores, sempre foi motivo de curiosidade, de espetacularização, em especial na mídia, entre os jornalistas, e inclusive dentro do meio acadêmico, pois em muitas situações,

o que o outro possui é mais importante do que seu próprio conhecimento em Ciência, em demostrar e estruturar diálogos de inclusão entre as pessoas, e também porque a Academia ainda lida com pessoas de cunho preconceituoso. Com isso, ela se distancia em muitos momentos e circunstâncias do seu papel social de Ciência e sua propagação, eliminando de si os outros que podem contribuir para a redução dos preconceitos institucionais no mundo todo. É um fato que sempre irá existir, e quanto menos pessoas desta magnitude, maior será a performatividade de termos uma Ciência que se preocupa cada vez mais com a redução das desigualdades de gênero, também em relação aos direitos das mulheres, das raças e de qualquer injúria política e fascista (Foucault, 2004; Leite Junior, 2008).

A pergunta ao final deste artigo não terá uma resposta pronta e acabada, e sim poderá dialogar sobre a questão de que há evidências de que o próprio discurso injurioso, ou mais popularmente denominado “discurso de ódio”, pode fazer com que classes minoritárias em direitos possam estar umas contra as outras, se podem ou não performatizar um discurso que está em contradição com a História de seus preceitos, desunindo-os, intrigando-os, se auto injuriando (Butler, 2021).

Posto de outra forma, o discurso de ódio possui em seus quadros membros que captam pessoas de classes minoritárias para se opor a suas bases conceituais e a outras bases conceituais minoritárias, dentre as quais cito o exemplo: interpolar uma discórdia entre pessoas negras dentro de um grupo de negros, e fazer distinção até haver discurso de ódio entre negros contra não heterossexuais, contra as mulheres, contra os índios. O discurso de ódio no Brasil e no mundo, caso alcance este objetivo, gargalha de felicidade por ter almejado seu intento. E como não permitir ou minimizar seus efeitos e impedir que isto ocorra dentro das reais possibilidades da singularidade de cada indivíduo? Os discursos de ódio infelizmente possuem história e tempo de maturação para se manterem vivos por longos período de tempo. Estima-se que, por exemplo, o “bolsonarismo” e o “trumpismo”, caso não voltem ao poder, ainda deixarão reflexos entre seus seguidores para perseguir os contrários à sua ideologia por pelo menos mais 30 anos.

Exemplos de linguagem e discurso em questões de identidade e gênero estão entrelaçados em acontecimentos que movem a sociedade no transcorrer dos anos. Podemos citar, conforme Butler, a queima da cruz em frente à casa de pessoas negras como um ato de racismo, mesmo que o fato não tenha gerado nenhuma palavra; apenas a performatividade do objeto em chamas codifica e representa a simbologia do racismo que pode ser descartada, assim como o foi pela Suprema Corte dos Estados Unidos, como um simples ato, de ordem comum, sem intenção de injuriar ou menosprezar a pessoa na simbologia da queima da cruz. É algo que poderia, segundo a Corte, ter ocorrido em qualquer lugar, em frente à casa de pessoas brancas, pelo fato de não se saber quem estava morando na casa, ou pelo fato de que o acontecimento foi gerado sem discurso, sem construção de linguagem do emissor para seu receptor, o que descaracteriza a intenção de

injúria. Butler também reage à questão de que as pessoas negras poderiam, por meio deste fato, se voltar contra o próprio Estado; se fosse considerado um ato criminoso, poderia acontecer uma revolta, destruições, protestos que desestabilizariam a "ordem natural das coisas". Sendo assim, para a Suprema Corte, como um ato político e racista, é melhor não dar atenção a este acontecimento para que não se reproduza atos contra o próprio Estado; porém, se as pessoas negras se sentem incomodadas, seu incômodo é menor do que uma Revolução de um país todo, aponta a autora (Butler, 2021; Foucault, 2013).

Força, poder e palavras podem ferir e podem despertar sentimentos de Estado minoritário, como ocorreu no início dos anos de 1980 nos EUA, quando a proliferação do discurso "Eu sou gay" foi punida com a expulsão do agente militar das Forças armadas americanas como sendo um discurso que poderia motivar outros oficiais a se declararem não heterossexuais dentro da corporação; deveriam ser repreendidos e expulsos, exceto se houvesse arrependimento tácito, e que servissem de exemplo para que este discurso "negativo" não se proliferasse dentro de uma Instituição de poder, de guerra e de "normalidade".

Qual seria o real problema de um oficial americano ser gay e dizer isto publicamente? Seria um discurso que poderia incentivar outros a assumirem um status quo, um habitus incompatível com a família convencional, além do advento de doenças como a Aids; dentro de um quadro onde se tem apenas "machos", deve ser um discurso a ser repreendido e abertamente punido. Neste caso, a estratégia qual seria? A ameaça da propensão de aquisição e proliferação de uma doença sem cura dentro de uma Instituição de Estado; um discurso de ódio claro, pronto e pré-determinado, como se o não heteronormativo não fosse capaz de fazer sua função de oficial como os demais. Usa-se a doença como forma de disseminar o ódio para expulsar os gays, além de um regulamento de proibição de dizer palavras injuriosas de sexualidade e sua proliferação para a mídia, dentre outros aspectos (Foucault, 2008).

Voltando à questão de como as forças do poder fascista interpõem minorias versus minorias dentro de uma conduta de ódio entre si mesmas, cita-se o exemplo do egoísmo dentro de um mesmo grupo; por exemplo, uma mulher, querendo ser mais feminina que outra, causa um conflito dentro de um grupo que luta por direitos; uma pessoa não heteronormativa propaga visões de mundo diferentes dos conceitos de estrutura das bases históricas, sociais e éticas de Ongs, tratados internacionais e convenções.

Nesta luta de classes de minorias contra as minorias, pode-se relatar várias possibilidades, dentre as quais duas são relevantes: o indivíduo em si mesmo, ao renegar sua condição e proferir palavras de ódio contra seu próprio grupo, e a copulação com grupos que por si só desprezam as minorias, porém "aliciam" pessoas propensas a se voltarem contra seus próprios grupos, aliando-se ao discurso de ódio impregnado pela elite da

maioria, por um certo período de tempo, em especial durante o tempo em que esta pessoa seja útil aos detentores da proliferação fascista do discurso de ódio.

Não se vislumbra, dentro da casta majoritária do ódio, qualquer abertura de comoção e acolhimento para pessoas de classes minoritárias, pelo contrário, sua repulsa é a mesma para com os demais, porém é um "trabalhador cultural" para a naturalização do discurso de ódio, para a oposição de grupos A contra A ou B contra C, minoritários, mais propensos a se esfacelar se não houver resistência. Se não houver resistência, o despótico fascista gargalha como estrutura da destruição de quem o serve para destruir as sociedades consideradas por eles inferiores, como vemos hoje no Brasil e nos Estados Unidos (Butler, 2021; 2019).

2.2 DISCURSO MÉDICO, MIDIÁTICO E JURÍDICO SOBRE CORPOS TRANSGÊNEROS FEMININOS

A proliferação de trabalhos sobre pessoas transgêneros se deu basicamente nos anos de 1990, por meio da biologização dos corpos, da necessidade da pessoa trans viver em constante sofrimento, não pertencendo a um corpo que condiz com a sua psique. Assim, existem movimentos de lutas pelos direitos de pessoas não heteronormativas no Brasil e no mundo, e penso que existem campos científicos para todos abordarem a temática, com respeito à opinião de outras vertentes, que possuem um discurso similar porém não igual aos outros, e sempre norteadas pelo princípio de que devem haver direitos para que se reduzam as mortes de pessoas transexuais no Brasil, onde a expectativa de vida é de 35 anos; e que as pessoas possam ser livres para optarem por fazer ou não qualquer cirurgia de readequação de gênero, conforme os costumes de cada transexual, pois cada um é único e singular.

No século XXI, com a exclusão do CID 64,0 como patologia da transexualidade e com a redução do tempo de acolhimento em hospitais universitários para que o transexual faça ou não a cirurgia, conforme os critérios de orientação de uma equipe multidisciplinar, nota-se uma mudança de paradigma, já em termos como "acolhimento" ao invés de "tratamento" e "orientação" ao invés de "veredicto" da equipe multidisciplinar. Antes cientistas das áreas médicas e humanas pouco dialogavam, porém, com o advento da mídia e com o discurso do corpo transexual pela busca de direitos, passou a haver diálogo entre as áreas médicas e humanas, dentre elas a Medicina e a Linguística da Análise do Discurso, por exemplo (Governo, 2020).

O médico cirurgião José Carlos Martins Junior, com a publicação do livro "Transgêneros: Orientações Médicas para uma Transição Segura", em 2020, por meio de um discurso compreensivo, didático e humanizador, informa e mostra como são realizadas as cirurgias de feminilização facial, corporal e de redesignação sexual, apenas para citar as cirurgias de transexuais femininas, por meio de fotos, resultados do antes e depois,

eventuais riscos, como se recomenda o pós e pré-operatório, além de como dialogar com a idade da paciente e compreender se é realmente isso que a pessoa trans busca.

O autor ressalta, no livro, mitos e verdades, por meio não apenas da teoria como da prática. Comenta, por exemplo, sobre o formato do rosto e a busca por mudanças como algo intransponível da própria natureza humana, e que não é necessário a transexual buscar de forma insistente um rosto com formato oval para ser feminina, se ela pode ser tão feminina quanto com um rosto em formato quadrado, pois muitas mulheres que nasceram com rosto quadrado possuem traços de beleza e feminilidade. Com isso, desmitifica padrões e buscas que não levam a lugar nenhum, propondo a aceitação e a mudança, se a pessoa trans assim o desejar, a partir do que ela já possui, com seus traços existentes; mesmo que cada caso seja um caso, a obra desmistifica o geral para uma avaliação particular, com o incentivo para a pessoa trans gostar de si mesma como é e buscar a mudança com orientações de, por exemplo, antes da cirurgia, começar um tratamento hormonal, pois isto lhe trará melhores resultados do que se fizer a cirurgia antes do tratamento hormonal (Martins Junior, 2019).

A Associação Mundial Profissional para a Saúde Transgênero (WPATH), atualmente em sua sétima versão, vem ao longo de suas edições, por meio de equipes multidisciplinares de profissionais médicos, assistentes sociais, psicólogos, bem como pessoas trans ativistas ou não, elaborando relatórios para a prática das pessoas com variabilidade de gênero, para que possam ter não um manual calcinatório e normativo, mas um livro que lhes traga saúde e bem-estar, feito e aprimorado cada vez mais para atender os propósitos de que a população transexual tenha cada vez mais, em suas vidas, dignidade, respeito e acolhimento. Preza-se pela adoção de práticas e orientações que visam a segurança jurídica, médica e assistencial para a realização de cirurgias de transgenitalização, seus prós e contras, bem como orientações para quem está feliz sem haver a necessidade de qualquer intervenção cirúrgica no agora; mas como vivemos em um mundo cíclico, nada impede que a transexual que hoje não quer realizar a cirurgia possa fazê-la no futuro, pois como citei, cada pessoa é singular em sua opinião e a mesma pode mudar com o decorrer dos tempos; a vida não é estática, ela é performática e se vive a cada instante (WPATH, 2012).

Outro detalhe da obra do Dr. Martins e do relatório do WPATH é que cada vez mais, mulheres trans estão realizando seus sonhos após seus 50, 60 anos de idade, algo inviável há décadas atrás. Isso deixa evidente que nunca é tarde para que os sonhos possam se realizar, independente de uma idade pré-imposta por padrões normativos, pois as pessoas estão vivendo mais, e com isto, podem suportar as cirurgias e as anestesias; as técnicas estão se tornando cada vez mais efetivas, trazendo um resultado cada vez mais perfeito com menor incisão cirúrgica corporal em suas técnicas. Não é incomum vermos transexuais femininas que viveram suas vidas, casaram-se e descobriram após os 60 anos que querem ser mulheres, e suas ex-esposas estão apoiando-as na sua transição. É uma grande diferença em relação às precárias técnicas que levaram à morte em poucos anos as pessoas que eram

submetidas a elas, como a intitulada “garota dinamarquesa”, que veio a óbito um ano após em relação às precárias técnicas que levaram à morte em poucos anos as pessoas que eram submetidas a elas, como a intitulada “garota dinamarquesa”, que veio a óbito um ano após sua transição de gênero por complicações em decorrência da cirurgia; isso não significa que não haja mortes e complicações nos dias de hoje, porém, ocorrem em escala muito menor.

Há ainda na obra frases como: “Ser trans ou com variabilidade de gênero é uma questão de diversidade e não de patologia” e “variabilidade de gênero não é o mesmo que disforia de gênero”; “somente algumas pessoas com variabilidade de gênero experimentam disforia de gênero em algum momento das suas vidas”.

A disforia de gênero é se olhar no espelho e se identificar feminina, porém sofrer com seus traços primários e secundários masculinos (Fisk, 1974; Knudson, De Cuypere e Bockting, 2010 *apud* Martins Junior, 2019).

Respeitar a variabilidade de gênero é acolher cada pessoa transgênera e, por meio de uma equipe social, médica e pelo desejo de si mesma, ou seja, pelas próprias conclusões da pessoa, aconselhá-la a adotar um determinado tratamento, sem qualquer imposição e sim sugestão, orientação, já que o que pode ser bom para um pode não o ser para outro; logo, há um aconselhamento individualizado e humanizado para cada pessoa, levando em conta sua estrutura psíquica, corporal e social (Goldnerg, 2006 *apud* Martins Junior, 2019).

O autor Lalo Nopes Homrich, em sua obra “Transexuais em Telenovelas: A construção de personagens na Rede Globo”, faz 3 estudos de casos de personagens transgêneros de 1965 a 2017: Ramona, mulher trans na novela “Filhas da Mãe”, de 2001, Dorothy, mulher trans na novela “Geração Brasil”, de 2014, e Ivan, homem trans em “A Força do Querer”, de 2017. Ele ressalta a importância da mídia e sua visibilidade no intuito de informar a população, no caso a brasileira, sobre como vivem e como são os conflitos, os relacionamentos, as angústias, as conquistas de pessoas que são iguais a quaisquer outras, porém com gostos e sentimentos relacionados ao gênero não heteronormativos, para que a sociedade possa compreender e para que possa reduzir a intolerância, o preconceito e os ataques trans e homofóbicos no país que mais mata transgêneros no mundo, o Brasil.

A Associação Nacional de Travestis e Transgêneros (ANTRA), um dos maiores grupos de luta e militância contra a intolerância no Brasil e no mundo, criticou alguns pontos das personagens das novelas, em especial da personagem Ramona, por não serem interpretadas por atores transgêneros, pelo fato de a cúpula da TV Globo não privilegiar profissionalmente atores trans, que poderiam estar interpretando as personagens ao invés de atores que não se identificam como trans. Penso que possui razão a ANTRA na crítica, embora apenas mostrar as situações do cotidiano já seja um grande avanço, e ressaltamos uma ausência de atores transgêneros em 2001. É fato que a crítica construtiva da ANTRA possibilitou que depois houvesse, por exemplo, a personagem Britney na novela das nove,

“A Dona do Pedaço”, interpretada por Glamour Garcia, mulher trans que representou outra mulher trans (Homrick, 2020).

Destaco o avanço nos anos atuais, de 2019 até os dias de hoje; poderia, em 2001 não haver nenhuma atriz trans com a técnica exigida pela emissora brasileira, e hoje há. Isso é uma grande evolução, pois permite que outras atrizes e atores transgêneros surjam, e que as emissoras e formadores de atores deem oportunidades a pessoas transgêneros de realizarem cursos e se aperfeiçoar cada vez mais, como o fazem com as demais pessoas, para que representem esta parcela considerável da população.

Por que não havia uma pessoa trans em 2001 para interpretar Ramona? Opção da emissora, ou não havia uma atriz trans com a técnica exigida? Ou ainda, o público poderia se sentir constrangido, por ser um tema novo e delicado, em torno do qual há preconceito mesmo nos dias de hoje? Enfim, é um assunto que depois foi solucionado por Glamour Garcia, eleita a melhor atriz revelação da Rede Globo no programa Domingão do Faustão. Aos poucos, pessoas transgêneros estão conseguindo seu espaço, e sabemos que a mídia vive do público, da sua linguagem, da imagem do ator; logo, se a linguagem não atende ao público ou não causa empatia, as pessoas mudam de canal, e isso torna o programa um fracasso e perda de espaço, tendo que reduzir o tempo da novela e acarretando em perda financeira. Portanto, temos que observar os dois lados, o da emissora como produto de venda midiático e o das reivindicações transgêneros, lembrando que o Brasil é um país conservador.

A obra de Marco Antonio Coutinho Jorge e Natália Pereira Travassos intitulada “O Corpo entre o Sujeito e Ciência”, de 2021, mescla o psicanalítico com questões pouco discutidas nos dias atuais, como a banalização corriqueira entre o biológico, o glamour, a possibilidade de “destransição” de gênero, quando algumas cirurgias podem ser reversíveis ou parcialmente reversíveis, questões como a hormonização de crianças, sua necessidade ou não, a legislação, além de conceitos como transexualidade e homofobia, sugerindo prudência no campo médico, dada a intimidade volátil do corpo transexual e as diferenças psicológicas de cada ator neste percurso. Mas por que o corpo transexual deve ter prudência e corpo não transexual não necessitaria da mesma prudência? O que se entende no caso trans é que em certas circunstâncias, a pessoa transexual vive um inconformismo ao se olhar no espelho e ver refletida uma imagem a qual ela não queria que fosse a sua (Butler, 2022).

Não se trata de uma celulite, flacidez, uma gordura localizada; a imagem é distorcida ao se ver com barba, com bigode, com pênis, e o sujeito transexual feminino, na sua intimidade, rejeita o que vê, grita, pede socorro, mesmo que em silêncio; tenta ter a imagem de uma mulher com seios, com vagina, ter um rosto sem o popular “gogó”, mais conhecido como pomo de Adão. A retirada destas estruturas corporais secundárias pode, em certos casos, reduzir a insatisfação com seu gênero; ou ainda, ter uma vagina, hoje, é possível com

técnicas modernas que fazem uma "neovagina", idêntica à de uma mulher biologicamente mulher, e estas técnicas estão cada vez mais avançadas.

Pelo fato de haver uma demanda pela realização de cirurgias de redesignação e mudança corporal, deve haver também uma recepção dos pacientes com aconselhamento e humanidade, por meio de uma equipe multidisciplinar que atenda cada pessoa trans em sua singularidade. Não há uma fórmula pronta e acabada para lidar com o tema, pois sabemos que nascemos e um dia vamos morrer, e que a morte pode ocorrer em qualquer procedimento cirúrgico, até nos mais simples; logo, jamais em uma decisão do paciente e da equipe médica existe uma certeza absoluta de que nada vai acontecer no procedimento cirúrgico.

Em todo procedimento, seja ele de qual natureza for, correm-se riscos de morte e de erros; a decisão de fazer ou não as cirurgias quando a pessoa trans quer realizar um procedimento é delicada. Pode-se não ter o resultado esperado pela paciente, ela pode se olhar no espelho após a cirurgia e continuar não gostando da sua aparência, ou pode necessitar de "retoques", ou seja, a realização de novos procedimentos médicos para tentar fazer com que o resultado fique o mais parecido possível com o que esperava a paciente ou a equipe médica.

Muitas vezes isto é conseguido, mas outras vezes não; há risco de óbito, sequelas, enfim, tudo o que faz parte de toda cirurgia, por isso na escolha do médico, na escolha do hospital e de sua equipe, e na consciência de cada pessoa trans, deve-se ter bem definido o que a ela deseja, e se é este o momento ideal ou se deve esperar mais algum tempo, por exemplo, antes realizando mais tratamento hormonal e mais terapia psicológica. São perguntas para as quais não haverá uma resposta pronta e acabada, logo, a decisão em qualquer situação será da paciente, ciente da possibilidade de sucesso e também dos riscos.

É natural que a pessoa trans procure centros de referência com médicos capacitados, mesmo que em outro país, porém, vivemos em uma sociedade que possui grande concentração de renda, e ainda por cima é desigual, trata as pessoas transgêneras como marginais e veicula a transexualidade com prostituição, como se ela não pudesse parte da tenra família tradicional, dos bons costumes no ano de 2022. Houve algum discurso acolhedor da presidência da República para pessoas trans em seu mandato? Como está o SUS para as pessoas transgêneros hoje no Brasil? (Gires, 2007).

A resposta pode ser dada observando-se a cultura e o atual estágio de ódio em que a sociedade brasileira vive por meio de uma análise comparada; os autores citam o Irã, e farei uma comparação com o Brasil de hoje. Na cultura do Islã, os homossexuais, ou qualquer pessoa que não seja heteronormativa, são castrados pelo governo para se adaptar à identidade feminina, sem se importar com o gênero. Neste caso, o governo pratica um genocídio da população homo e transexual ou bissexual, no qual homens que tenham traços femininos são mutilados, com o pagamento pelo Estado para que façam a qualquer

custo as cirurgias para se transformarem em mulheres, pois na cultura e na religiosidade, isso é um erro que pode ser consertado; com isto, se transformam em mulheres, com documentos femininos.

Evidentemente, muitos morrem de necrose ou outras complicações, se suicidam ou possuem uma longevidade baixa, e o pré-conceito continua a existir, pois na região onde vivem, as pessoas sabem que nasceram homens biologicamente. Quem não morre fica reclusa em casas; são presas, assassinadas e perseguidas pelo resto e pouco que lhes resta de suas vidas.

No Brasil, temos cinco hospitais públicos, a nível de Hospital das Clínicas, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Goiânia, onde as pessoas trans devem fazer tratamento psicológico, hormonal, ginecológico e psiquiátrico por 1 ano. Antes de 2019 eram dois anos. A idade mínima para uso de hormônios é de 16 anos, e para a realização das cirurgias é de 18 anos, sendo que antes era de 21 anos. As pessoas trans precisam viver como mulheres na vida social por 1 ano e ter um parecer da equipe favorável para a realização da cirurgia. Após o parecer, as pacientes entram nas filas de espera, que podem demorar, dependendo do caso, 10 anos ou mais, até a realização dos procedimentos (Coutinho Jorge; Travassos, 2021).

Perceba o leitor que não há nenhum hospital na região Norte, e nem na região Sul; que as cirurgias são demoradas em comparação com outros países, como a Tailândia, onde as técnicas são as melhores, e que cirurgiões brasileiros fazem cursos naquele país para aprender o que não existe no Brasil em termos de técnica, acolhimento e eficácia para a população transgênero. São exceções as pessoas que tem rendimento monetário alto e podem realizar procedimentos em outros países, como a Tailândia e países da Europa Ocidental, Canadá e Estados Unidos. Percebe-se que as grandes estrelas transgêneras brasileiras, como o ícone Roberta Close, Leia T. e Ariadne, não fizeram suas cirurgias de redesignação sexual e facial pelo SUS, que deveria proporcionar qualidade neste serviço para todos, pois todas a transexuais pagam seus impostos, e muitas vezes por não possuírem filhos, seus tributos são maiores, o que não justifica este desleixo com um tema tão relevante e que é deixado de lado.

As cirurgias de transgenitalização femininas no Brasil, ou ainda a cirurgia facial, a colocação de prótese de seios e a redesignação sexual, são caras, pois há, na rede particular, poucos médicos que as realizam com qualidade e possuem reconhecimento nacional e internacional. Cito dois: Dr. Luiz Paulo Barbosa e Dr. Antonio Carlos Martins Junior, além de outros nomes que se contam nos dedos quando comparado à Tailândia e Estados Unidos.

Ainda que existam estes hospitais mencionados, são poucos, a demanda é alta, a espera é longa, e a opinião é que não há eficácia da política pública no quesito de pessoas que buscam a adequação corporal por meio de cirurgias e esbarram na espera e na falta de condições, de médicos e de outros profissionais capacitados para atender esta população.

Em muitos casos se veem profissionais como psicólogos e psiquiatras que gostariam de ter aprendido sobre o tema da transexualidade, mas ele não fazia parte da grade curricular de formação médica ou psicológica; logo, a falha não é culpa da pessoa, e sim da estrutura excludente que existe no Brasil, que é de apagar, de calar e de não formar profissionais para atender a essa demanda, que é de gente como qualquer outra e exige mais atenção dos políticos brasileiros. O que já era pouco, hoje estagnou, e como a maioria não possui condições para pagar a rede particular, torna inviável aquilo que buscam.

Coutinho Jorge e Travassos (2021) analisam o tema de pessoas que realizaram cirurgias e procuraram a sua "destransição"; em algumas hipóteses isso é possível, em outras impossível, como nos casos citados de mulheres trans que realizaram a redesignação sexual, perceberam que não era o que imaginavam ser, e voltaram aos centros médicos para a reconstrução do genital. Embora seja possível a construção de um novo órgão, não será o mesmo que era antes, porém, elas sentirão um vazio menor ao terem um genital como era o de nascimento, e não ter mais a "neovagina". É um tema pouco abordado na literatura brasileira. Há ainda casos mais complexos, quando se "raspa" e molda estruturas ósseas, que também podem ser parcialmente recuperadas.

Mas como evitar a eventual "destransição"? Muitos autores dizem que o ser humano, seja ele transgênero ou não, em especial quando os hormônios estão à flor da pele, gosta de experimentar de tudo. Assim, pessoas querem hoje ter um pênis e amanhã uma vagina. Existem arrependimentos ao se fazer as cirurgias, e isso é intrínseco à natureza humana, como mencionado anteriormente.

Ninguém sabe o que o acometerá amanhã, pois vive o hoje; a pessoa tem a perspectiva de que a realização da cirurgia lhe fará bem, que ficará parecida com o que idealiza em seu subconsciente; porém, chega o dia de hoje, o dia da cirurgia, e o resultado não é o esperado. Vem a decepção, e mesmo após várias cirurgias de reconstrução, ela ainda pode não ficar como a idealização pretendida, e a pessoa busca a reversão, ou seja, voltar ao que era antes, para ter um futuro melhor em termos de qualidade de vida com seu Eu físico, mental e social.

O arrependimento pode ser reduzido, ainda que jamais controlado, com políticas públicas, e quando cito o público, cito o SUS, que é de todos, por meio de uma equipe com qualidade e que respeite a variabilidade de gênero, que dê atenção médica e social, e uma orientação conforme as pretensões de cada indivíduo, de forma singular e única, sem um manual pronto e acabado. A análise de uma equipe multidisciplinar que irá avaliar se a pessoa é uma boa candidata à realização de cirurgias deve ser respeitada, mas não como veredicto da verdade imposta. Penso que é melhor ter acompanhamento quando este faz bem à pessoa e quando há uma simbiose de trocas de experiências, de modo que o sujeito trans possa respeitar a opinião dos profissionais, expor a sua, talvez tentar de novo em outro momento. Porém, mesmo com um diagnóstico positivo, isto não é em hipótese

alguma uma garantia de que a pessoa fará a cirurgia e não poderá se arrepender no futuro. O diagnóstico da equipe multidisciplinar, quando é feito sem intenção apenas monetária, é um paradigma, e não uma verdade. Não deve ser dado em vão, pois são pessoas que estudaram e se dedicaram para isso.

Desta forma, está mais propensa ao arrependimento transsexual a pessoa com poder aquisito elevado, que não realiza qualquer acolhimento multidisciplinar, que muitas vezes não admite a opinião de cientistas, que quer fazer da forma que quer e o faz, e depois se decepciona pelo resultado biológico de seu próprio corpo. Mas como assim? A pessoa muitas vezes faz a cirurgia de redesignação, gasta muito dinheiro e depois, sente que o dinheiro dispendido lhe trouxe somente a infelicidade, pois não pode mais usar seu órgão, tendo de novamente dispender mais valores para reconstruir um novo órgão que originalmente já possuía. Logo, entende-se que o impulso gera a nocividade para si mesmo, como a soberba; embora não exista uma verdade absoluta, hoje no Brasil as cirurgias costumam ser apenas para quem possui as condições socioeconômicas de fazer e de ter acolhimento social de qualidade, como a ajuda em suas decisões. Trata-se de uma rede intensa de complexidade e de irreversibilidade, pois são suas vidas que estão em jogo.

A exclusão do CID 64.0 em 2019 do Código Internacional de Doenças e patologias como Transtorno de Identidade foi um avanço para humanizar as pessoas transgêneras, que não são doentes, bem como a redução, no Brasil, para 1 ano de acolhimento para a realização de cirurgias de transsexualização, inclusive em hospitais particulares. Trata-se de humanizar e acolher, e muitos médicos estão usando o termo “acolher” ao invés de “tratar”, porém, deve-se seguir com os cuidados para que se possa evitar arrependimento futuro. Quanto maior o cuidado e a vigilância para consigo mesmo, menor será o risco do arrependimento. Desistir de fazer algo que, no percurso, se percebe como algo que não trará benefícios à vida não é fracasso, e sim reconhecer que aprendeu ao longo do tempo e que evitou transtornos que poderiam ser muito piores se seguisse com uma ideia obstinada apenas para satisfazer o ego; é um ato de coragem desistir de algo que possa levar a pessoa trans ao sofrimento (Governo, 2020).

As políticas públicas implementadas pelo Supremo Tribunal Federal no que tange a mudança de nome para pessoas transgêneros, sem a necessidade de realizar a redesignação sexual, em 1o de março de 2018, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no 4275, reconheceram aos transgêneros, independentemente da realização de tratamentos hormonais ou da apresentação de documentos médicos ou psicológicos, o direito à mudança de registro civil, ou seja, de ter seus nomes não mais escondidos, para que os mesmos sejam visibilizados em seus documentos como identidade, carteira de motorista, carteira de registro profissional, etc. Sem dúvida isso foi um avanço.

Também o foi, em 2019, a Ação Direta de Omissão (ADO) n. 26, a qual, dada a inércia do poder legislativo de implementar lei específica para pessoas trans, no que tange aos

direitos de visibilidade contra o ódio por meio de agressão física e verbal, com o objetivo de também reduzir as mortes de pessoas trans no Brasil, cuja baixa expectativa de vida é de 35 anos, se fez necessária. Com estas medidas, a fobia de mudar de nome atrelada a fazer a cirurgia de redesignação sexual e incidir em erro e arrependimento irreversível foi amenizada pela Suprema Corte, com julgados os quais os cartórios devem respeitar (Justiça, 2019; ANTRA 2020).

Embora o julgado seja muito importante, o legislativo, que é quem deveria fazer as leis, após mais de 2 anos sequer apresentou qualquer proposta de lei contra a transfobia, e ainda a população vive em perigo constante. Espera-se que não se fique apenas em julgados, que haja uma lei e que a mesma seja aplicada, em especial para reduzir a mortalidade das pessoas trans apenas pelo motivo de existirem, contra este genocídio que ocorre em todo o mundo, e o Brasil lidera o ranking de mortes per capita. Como mudar isso? Com o voto, pois por meio dele cada pessoa pode escolher o país que quer, cobrá-lo de quem governa, e mudar de opinião caso eles não correspondam às expectativas, e inclusive é possível que haja impeachment por ausência de responsabilidade moral. Ela sempre está atrelada à responsabilidade fiscal, pois os recursos existem; o que há é uma ausência de políticas, de tributar as pessoas mais ricas para direcionar recursos às minorias, como políticas de inclusão e proteção a pessoas trans, por exemplo, pela criação de alíquota de 35% para quem recebe salários acima de 20 mil reais, fiscalização dos desvios de dinheiro e penas de cadeia a políticos e agentes públicos corruptos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo transexual, para ser visualizado, deve ser percebido como um sujeito que possui direitos e anseios, preferências singulares e coletivas. As mudanças corporais podem ajudar, por meio da realização de cirurgias, para quem delas quer fazer uso para se feminilizar. O aumento dos peitos através da colocação de próteses de silicone, por exemplo, ou a feminilização facial, ao arquejar a sobrancelha, além de remodelar outras partes da face e fazer a raspagem do pomo de adão, fazem surgir uma aparência feminina no corpo trans, uma visibilidade corporal que se modificou por meio de procedimentos médicos, mas o que está por trás destas mudanças? A vontade, o querer mudar, não sendo uma verdade que há a necessidade de mudanças para se tornar um sujeito transexual feminino, porém, onde há poder há resistência, e onde existem corpos, existem gostos e vontades de mudar para, na opinião de quem quer a mudança, a perspectiva de se autorrealizar.

Logo, um fato é inquestionável: não é verdade que há a necessidade de mudança corporal para se tornar transexual, mas sim que existem pessoas transexuais que buscam as cirurgias, e todas são iguais na sua singularidade corpórea; todas devem ser respeitadas e

todas devem ter acolhimento por parte da saúde pública e das sociedades, poder ir e vir, e poder decidir o que quer fazer com seus corpos no âmbito legal.

Quebram-se padrões da transexual mulher perfeita e verdadeira pelo fato de ter se submetido principalmente à redesignação sexual no exterior, frente àquelas que não o fizeram; muitas não querem fazer cirurgias e estão felizes da forma que estão hoje, porém, podem mudar de opinião enquanto estão vivas, e as opiniões e sentimentos do gênero são, em muitas circunstâncias, imperceptíveis e radicais. O sexo e a morte são temas que a humanidade busca e persegue desde quando o mundo é mundo, temas centrais do ser humano.

Termino dizendo que há tendências para todas as pessoas transsexuais, as que querem realizar mudanças, as que não querem, as que podem querer, as que fizeram e se arrependeram, mas o que importa é que por meio da justiça social, todas tenham dignidade e motivação para viver suas vidas com felicidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTRA. (Articulação Nacional de Transgêneros). **Guia para Retificação do Registro Civil de Pessoas não Cisgêneras**. 2020. Disponível em: https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/03/guia_retificacao_genero.pdf. Acesso em: 2 ago. 2021.

BUTLER, Judith. **Discurso de Ódio**: Uma política do performativo. Trad. Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: Crítica da Violência Ética. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Editora Autêntica, 2022.

BUTLER, Judith. **A Vida Psíquica do Poder**. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Editora Autêntica, 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos em Aliança e a Política das Ruas**: Notas para uma Teoria Performativa de Assembleia. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2019

COUTINHO JORGE, Marco Antonio; TRAVASSOS, Natalia Pereira. **O corpo entre o Sujeito e a Ciência**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Por uma Vida Não-fascista**. Org. Coletivo Sabotagem. São Paulo, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**: Curso no Collège de France (1974-75). São Paulo: Livraria Martins e Fontes Ltda, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O Corpo Utópico**. As Heterotopias. São Paulo: Câmara Brasileira do livro de São Paulo Edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 2021.

GIRES. (Gender Identity Research & Education Society. Gender Development) – **The Inside Story** (for teenagers – school years 10 and 11 upwards). Retrieved 1st March, 2007. Disponível em: http://www.gires.org.uk/Web_Page_Assets/frontframeset.htm. Acesso: 12 set. 2022.

JUSTIÇA. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 26)**. 2019 Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4515053. Acesso em: 15 set. 2022.

HOMRICK, Lalo Nopes. **Transsexuais em Telenovelas**: A Construção de Personagens na Rede Globo. Florianópolis: Editora Insular, 2020

GOVERNO. Resolução N. 2265 de 20 de setembro de 2019. **Dispõe sobre cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº. 1995/2010**. Diário Oficial da União. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-2.265-de-20-de-setembro-de-2019-237203294. Acesso em: 12 jul. 2020.

LEITE JUNIOR, Jorge. **Nossos Corpos Também Mudam**: sexo, gênero e a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico. Tese doutoral apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da PUC-SP. Cidade de São Paulo, SP, 2008.

MARTINS JUNIOR, José C. **Transgêneros**: Orientações Médicas para uma Transição Segura. Transgender Center Brasil. Florianópolis: Editora Autores do Brasil, 2019.

WPATH (World Professional Association for Transgender Health). **Normas de Atenção às Pessoas Trans e com Variabilidade de Gênero**. 2012. Disponível em: https://www.wpath.org/media/cms/Documents/SOC%20v7/SOC%20V7_Portuguese.pdf. Acesso em: 1 maio 2020.

Recebido em: 23/10/2023
Aceito em: 19/02/2024